

Ezequiel Martins Ferreira
(Organizador)

GÊNERO E SEXUALIDADE: Lugares, história e condições

3



Atena
Editora
Ano 2022

Ezequiel Martins Ferreira
(Organizador)

GÊNERO E SEXUALIDADE: Lugares, história e condições

3



Atena
Editora
Ano 2022

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof.ª Dr.ª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof.ª Dr.ª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof.ª Dr.ª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof.ª Dr.ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof.ª Dr.ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof.ª Dr.ª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof.ª Dr.ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof.ª Dr.ª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof.ª Dr.ª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof.ª Dr.ª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Dr.ª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof.ª Dr.ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof.ª Dr.ª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Gênero e sexualidade: lugares, história e condições 3

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Maiara Ferreira
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Ezequiel Martins Ferreira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

G326 Gênero e sexualidade: lugares, história e condições 3 /
Organizador Ezequiel Martins Ferreira. – Ponta Grossa -
PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0464-4

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.644222807>

1. Identidade de gênero. 2. Sexualidade. I. Ferreira,
Ezequiel Martins (Organizador). II. Título.

CDD 306.765

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br



DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, desta forma não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

A coletânea Gênero e sexualidade Lugares, história e condições, reúne neste terceiro volume oito artigos para problematizar as relações de gênero na contemporaneidade.

A partir da virada do século XIX para o XX, com o advento da Psicanálise, estudando a histeria e se questionando sobre o que quer uma mulher, e com as discussões em torno das Ciências Sociais e Humanas, que procuravam encontrar um lugar social para os homens e mulheres, e sobretudo, com o advento das pesquisas culturais e feministas, indagando sobre a participação dos grupos minoritários na sociedade, as pesquisas sobre sexualidade e gênero ganham espaço nos meios acadêmicos.

Do questionamento sobre como se constrói uma mulher, à despatologização da homossexualidade, e à luta pela igualdade de direitos, um leque infinito de possibilidades discursivas é aberto, na tentativa tanto de remediar os efeitos danosos de intolerância e tradicionalismo, quanto de construção de subjetividades impares.

Espero que pela leitura dos textos que se seguem, uma abertura crítica sobre a diversidade das possibilidades de leituras sobre a questão do gênero surja para cada leitor.

Uma boa leitura a todos!

Ezequiel Martins Ferreira

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| CAPÍTULO 1 | 1 |
| ÍRIS DE FÁTIMA DA SILVA, UMA ‘PARAIBUCANA’ NA LUTA PELO FEMINISMO NEGRO E LÉSBICO | |
| Giovanna de Araújo Leite | |
|  https://doi.org/10.22533/at.ed.6442228071 | |
| CAPÍTULO 2 | 8 |
| POLÍTICA PÚBLICA DE GÊNERO: UMA ANÁLISE DO “PROGRAMA MULHERES MIL” DO INSTITUTO FEDERAL GOIANO, CAMPUS DE URUTAÍ | |
| Luma Rosa Martins Silva | |
| Jonas Modesto de Abreu | |
|  https://doi.org/10.22533/at.ed.6442228072 | |
| CAPÍTULO 3 | 23 |
| MULHERES INDÍGENAS E FEMINISMOS – UM ENCONTRO PARA DESCOLONIZAR CONCEITOS A PARTIR DO MOVIMENTO DE MULHERES INDÍGENAS NO BRASIL | |
| Luciana Nogueira Nóbrega | |
|  https://doi.org/10.22533/at.ed.6442228073 | |
| CAPÍTULO 4 | 36 |
| AFINAL, O QUE É IDEOLOGIA DE GÊNERO? | |
| Marcela Rodrigues Santos | |
| Ezequiel Martins Ferreira | |
|  https://doi.org/10.22533/at.ed.6442228074 | |
| CAPÍTULO 5 | 42 |
| VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA CONTRA A MULHER - DANO EMOCIONAL DENTRO DOS RELACIONAMENTOS ABUSIVOS | |
| Letícia Sousa Marques | |
| Roseane Vilarins de Almeida | |
| Bernadino Cosobeck da Costa | |
|  https://doi.org/10.22533/at.ed.6442228075 | |
| CAPÍTULO 6 | 53 |
| VIOLÊNCIA FÍSICA CONTRA A POPULAÇÃO ADULTA: UMA ANÁLISE DAS NOTIFICAÇÕES NO ESPÍRITO SANTO, BRASIL | |
| Karina Fardin Fiorotti | |
| Márcia Regina de Oliveira Pedroso | |
| Franciéle Marabotti Costa Leite | |
|  https://doi.org/10.22533/at.ed.6442228076 | |
| CAPÍTULO 7 | 68 |
| REFLEXÕES SOBRE O ATENDIMENTO DE INDIVÍDUOS NÃO-HETEROSSEXUAIS EM | |

UMA COMUNIDADE TERAPÊUTICA RELIGIOSA

Janine Targino

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6442228077>

CAPÍTULO 8..... 74

AS RELAÇÕES DE GÊNERO A PARTIR DAS BODAS DE CANÁ (JO 2,1-11)

Josymara Dias de Paula

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6442228078>

SOBRE O ORGANIZADOR..... 84

ÍNDICE REMISSIVO..... 85

POLÍTICA PÚBLICA DE GÊNERO: UMA ANÁLISE DO “PROGRAMA MULHERES MIL” DO INSTITUTO FEDERAL GOIANO, CAMPUS DE URUTAÍ

Data de aceite: 04/07/2022

Luma Rosa Martins Silva

Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Catalão (UFCAT)

Jonas Modesto de Abreu

Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), professor de Ciência Política na Universidade Federal de Catalão (UFCAT)

RESUMO: Este artigo analisa o desenvolvimento do Programa Mulheres Mil no Instituto Federal Goiano, Campus Urutaí. Através da qualificação e capacitação de mulheres para o mercado de trabalho, o programa tem como diretrizes a promoção da equidade de gênero, a redução da desigualdade econômica e social e o combate à violência contra a mulher. O objetivo é verificar se o programa contribuiu, por meio da inclusão profissional e educacional, para que as mulheres atendidas entrassem no mercado de trabalho, contribuindo de alguma forma com a superação das desigualdades de gênero.

PALAVRAS-CHAVE: Programa Mulheres Mil. Gênero. Divisão Sexual do Trabalho.

ABSTRACT: This article analyzes the development of the Thousand Women Program at Instituto Federal Goiano, Urutaí. Through the qualification and training of women for the job market, the program's guidelines are the promotion of gender equity, the reduction of economic and social inequality and the fight against violence

against women. The objective is to verify if the program contributed, through professional and educational inclusion, for the women assisted to enter the job market, contributing in some way to overcoming gender inequalities.

KEYWORDS: Thousand Women Program. Genre. Sexual Division of Labor.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem por objetivo a realização de uma análise do Programa Mulheres Mil, desenvolvido pelo Instituto Federal Goiano, Campus de Urutaí. O programa foi instituído pela Portaria n. 1.015, de 21 de julho de 2011, tendo como diretrizes a promoção da equidade de gênero, inclusão social, redução da desigualdade econômica e social e o combate à violência contra a mulher (BRASIL, 2011). O pilar do programa é proporcionar a qualificação e capacitação de mulheres para o mercado de trabalho, lapidando o potencial produtivo que já possuem, além de privilegiar a formação cidadã, contribuindo com fatores como a elevação da autoestima, inclusão digital, cooperativismo e mobilidade perante o mercado de trabalho. O público alvo são mulheres em condições de vulnerabilidade social, como: chefes de família cadastradas no CadÚnico, vítimas de violência física, sexual e psicológica, com baixa escolaridade e em situação de extrema pobreza (BRASIL, 2014).

O programa é uma política pública

que busca fomentar a equidade de gênero e o empoderamento das mulheres através da educação e do acesso ao mundo do trabalho. As políticas públicas são programas e ações desenvolvidas pelo Estado, que podem ser influenciadas pela mobilização social, elas “visam responder a demandas, principalmente dos grupos sociais excluídos, setores marginalizados, esferas pouco organizadas e segmentos mais vulneráveis onde se encontram as mulheres.” (BRASIL, 2013, p.3). Entre o final da década de 1970, e início dos anos 80, surgem as primeiras políticas públicas com recorte de gênero no país, num contexto de luta pela redemocratização do Brasil e de grandes movimentos sociais com forte presença de mulheres que reivindicaram acesso a serviços públicos para seus filhos, melhoria na qualidade de vida e superação das desigualdades de gênero, entre outras reivindicações.

Essas reivindicações foram feitas por grupos de mulheres que se entendiam como feministas e por outros grupos femininos que participavam dos movimentos sociais, mas não se viam dessa forma. Contudo, houve uma compatibilidade entre os interesses desses grupos. Nesse momento, as mulheres se entenderam como sujeitos coletivos e levantaram questões específicas às suas condições na sociedade. É também, nesse período, que os estudos de gênero se estabeleceram no país.

O conceito de gênero, funciona como uma ferramenta analítica e política, na qual demonstra que a subalternidade vivida pelas mulheres resulta das relações sociais construídas historicamente entre os sexos, mas sem negar a biologia. Assim, a construção do gênero é baseada na forma como as características sexuais são criadas e representadas na sociedade, formando sujeitos masculinos e femininos com papéis específicos para serem exercidos socialmente, construindo relações desiguais entre esses sujeitos.

A divisão sexual do trabalho é decorrente das relações sociais de gênero, no qual ocorre uma separação dos trabalhos para homens, ligada à esfera produtiva e pública, enquanto os trabalhos para mulheres estão relacionados à esfera privada, reprodutiva e do cuidado. Nessa perspectiva, o trabalho do homem tem maior valor que o da mulher.

Considerando que o Programa Mulheres Mil é uma política pública que objetiva proporcionar acesso à educação e qualificação profissional, empreendedorismo, cooperativismo, redução da pobreza e da desigualdade de gênero, pretende-se analisar e identificar se o programa contribui de fato para o ingresso das mulheres atendidas ao mercado de trabalho, ampliando sua fonte de renda e, dessa forma, proporcionando melhoria na qualidade de vida e reduzindo a condição de pobreza dessas pessoas. Além disso, também será observado se o programa vem contribuindo para a promoção da equidade de gêneros, não reforçando os estereótipos e, assim, rompendo com a tradicional visão da divisão sexual do trabalho.

A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO GÊNERO E O SURGIMENTO DA DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

Pesquisadoras anglo-saxãs criaram a categoria de análise “gênero” no final da década de 1970, o termo esclarece que a discriminação vivida pelas mulheres é resultado das relações sociais construídas entre os sexos ao longo da história, sendo uma ferramenta analítica e política no campo social (QUIRINO, 2015).

De acordo com Araújo (2000), esse conceito surgiu para tentar compreender como é reproduzida a subordinação e como a dominação masculina é sustentada em suas múltiplas manifestações, incorporando as dimensões subjetivas e simbólicas de poder, indo além das fronteiras materiais e biológicas.

A construção do gênero é baseada na maneira que as características sexuais são construídas e representadas socialmente, assim, caracterizando e determinando qual o lugar e as relações que homens e mulheres devem exercer na sociedade. Dessa forma, espera-se que os sujeitos se constituam como masculinos ou femininos, algumas marcas dessa dicotomia são a diferenciação do comportamento nas formas de representação de homens e mulheres, as condições de acesso a recursos materiais e aos arranjos sociais, com isso, constrói-se relações desiguais entre os sujeitos.

É importante destacar que esse conceito não é estático, já que é um produto das práticas sociais e, por isso, são produzidas, reproduzidas e transformadas, podendo variar de sociedade para sociedade. Segundo Louro (1997, p. 23), “[...] as concepções de gênero diferem não apenas entre as sociedades ou os momentos históricos, mas no interior de uma dada sociedade, ao se considerar os diversos grupos - étnicos, religiosos raciais, de classe - que a constituem.” Portanto, justamente por ser um processo histórico e social que de acordo com as necessidades da sociedade vão se transformando, pode-se concluir que as desigualdades resultantes desse processo não são imutáveis, mas sim, passíveis de serem superadas e transformadas.

Federici (2017), aponta que a forma de divisão sexual do trabalho que conhecemos teve origem com o fim da economia de subsistência e com o surgimento da economia monetária. As sociedades deixaram de ter uma “produção-para-uso”, na qual havia unidade entre produção e reprodução e a forma “produção-para-mercado” definiu-se como a única geradora de valor. Nesse sistema, a reprodução do trabalhador deixou de ser considerada trabalho e perdeu valor econômico, nesse modelo, aos homens foi atribuído o papel de provedor e as mulheres assumiram o papel doméstico, sendo inteiramente responsáveis pelo bem estar da família.

A desigualdade de gênero não está presente somente no campo do trabalho, pois, essa relação, está presente na totalidade das práticas sociais e são exercidas em outras esferas da vida. Como é apontado por Federici (2017), durante a história as mulheres sofreram constantes perseguições, tiveram que lidar com a dominação de seus corpos,

controle de sua vida sexual e tratadas como socialmente, juridicamente e politicamente inferiores.

As consequências dessa divisão sexual do trabalho produzem a invisibilidade das mulheres como trabalhadoras - sendo que elas nunca foram alheias ao trabalho -, a dependência econômica e a sua pobreza crônica.

Em 1978, Diane Pearce cunhou o termo “feminização da pobreza”, sob o pressuposto de que a pobreza rapidamente se tornou um problema feminino, já que, ao longo do tempo, as mulheres têm se tornado a parte mais pobre da população. Segundo Novellino (2004, p.2), Pearce “associa o processo de empobrecimento das mulheres ao aumento na proporção de famílias pobres chefiadas por mulher, as quais ela define como aquelas onde há apenas um adulto do sexo feminino e nenhum adulto do sexo masculino.”

Ainda pensando no termo feminização da pobreza, de acordo com Castro (2001), nos Estados Unidos, as agências governamentais associaram o aumento da visibilidade de mulheres entre os mais pobres devido ao aumento de divórcios e pela viuvez, percebendo que essas mulheres que se tornaram chefes de família: “não tiveram as mesmas oportunidades dos homens, casados ou vivendo sós, ou das mulheres sós, de investir em carreira, de socializar-se com as regras do e no mercado.”

Para Lavinias (1996), os lares chefiados por mulheres são os mais pobres porque além da falta de investimento na carreira, há uma disparidade salarial entre homens e mulheres, elas sofrem um alto grau de discriminação no mercado de trabalho e exercem atividades que são menos qualificadas e remuneradas, tendo uma grande atuação no mercado informal. Castro (2001, p. 92) diz que: “hoje, em países como o Brasil, o novo é que, paradoxalmente, a “feminização da pobreza” convive com a maior empregabilidade das mulheres em algumas unidades de produção, em setores modernos da economia.”

Lavinias (1996), critica que essa situação seja analisada de forma generalizada, “das mulheres em geral”, pois, as diferenças de renda entre homens e mulheres vem diminuindo, mas entre algumas mulheres, não. Assim, ela propõe uma atenção especial nas diferenças existentes entre as próprias mulheres e defende políticas públicas de combate à pobreza mais universalistas.

UM RECORTE RACIAL

Observar as diferenças existentes entre as próprias mulheres é importante, porque existe diversidade e desigualdade dentro desse grupo. Por exemplo, as desigualdades de gênero e da divisão sexual do trabalho se agravam quando consideramos as relações raciais, existindo uma dupla discriminação das mulheres negras, devido à sua condição de gênero e de cor.

A crescente exaltação da feminilidade do século XIX, que enfatizava o papel das mulheres como mães e donas de casas não se estendiam às mulheres negras, que nunca

foram tratadas como “sexo frágil”, “donas de casa” ou “femininas demais” para trabalharem em plantações, minas, aberturas de estradas, isto é, as mulheres negras sempre trabalharam mais fora de casa do que as brancas, em decorrência do sistema escravista (DAVIS, 2016).

Atualmente, a população negra (composta por pretos e pardos) no país representa a parcela mais pobre da sociedade, de acordo com o último censo demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), feito no ano de 2010. Na extrema pobreza, 48% são homens, 52% mulheres, sendo 74% desse contingente pretos, pardos e indígenas. Entre os pobres, 48,63% são homens e 51,36% mulheres; 71,7% são pretos, pardos e indígenas. Dentre esses números, as mulheres negras são as pessoas com os menores salários, piores condições de trabalho e enfrentam as maiores taxas de desemprego.

Ainda de acordo com os dados do IBGE, comparando os rendimentos do trabalho, a renda de mulheres brancas, de forma agregada, é maior que a dos homens negros, devido ao maior nível de escolaridade desse primeiro grupo, que é superior até mesmo em relação aos homens brancos. Porém, isso não representa vantagem na remuneração, isto significa que, mesmo tendo o grau de escolaridade maior, o reconhecimento profissional das mulheres não se iguala ao dos homens. Por exemplo, 76,2 % do rendimento médio mensal de homens negros vem do seu trabalho principal, quando possuem 12 ou mais anos de estudos, enquanto mulheres brancas e negras, com o mesmo nível de escolarização, têm respectivamente 57,8% e 42,7% de sua renda vindos do seu trabalho principal.

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) do ano de 2019, entre os jovens de 18 a 24 anos (aqueles que idealmente deveriam estar frequentando o ensino superior), apenas 21,4% frequentavam curso de educação superior e 4,1% já haviam completado essa etapa. Numa análise feita entre sexo e cor, as mulheres representam um percentual maior na frequência escolar (nível básico ou superior), sendo 34,2% frente a 30,7% dos homens.

RESGATE HISTÓRICO DAS CONQUISTAS DE DIREITOS E IMPLANTAÇÕES DE POLÍTICAS COM RECORTE DE GÊNERO NO BRASIL

Durante séculos, apenas os homens brancos tiveram acesso à educação formal e participação social. Por anos, as mulheres estiveram excluídas dos processos de educação, cidadania e trabalho, sendo recente a escolarização e a incorporação das mulheres ao mundo de trabalho no Brasil. Além disso, inicialmente, quando tiveram acesso à educação, era um ensino voltado para as atividades domésticas, o que contribuía para reforçar as relações patriarcais da sociedade.

Com a proclamação da República no final do século XIX, criaram-se as escolas normais destinadas às mulheres, o que proporcionou a formação profissional de professoras de nível primário para meninas. Os exames de acesso ao ensino superior continuaram

restritos aos homens, pode-se dizer que foi somente a partir da década de 1960 que as mulheres brasileiras, de fato, começaram a ter maiores chances de ingressar no ensino superior (PEREIRA; FAVARO, 2017).

Atualmente, as mulheres são maioria em todos os níveis de educação no Brasil, porém essa maior taxa de escolarização não representa superioridade ou igualdade de reconhecimento e renda em relação aos homens. Ribeiro (2013), mostra que esse avanço educacional e a inserção de vez no mercado de trabalho não proporcionou a diminuição das desigualdades entre homens e mulheres porque há uma concentração das mulheres nos empregos mais precarizados, e por desempenharem desde cedo responsabilidades domésticas, elas, em regra, somente conseguem trabalhar em tempo parcial ou com contratos de curta duração.

No Brasil, a intensificação do ingresso das mulheres ao mercado de trabalho ocorreu no final do século XIX, início do XX, devido ao crescimento industrial pelo qual o país passava. Essa inserção se destacou pelas grandes diferenças salariais, elevada concentração em setores do comércio e serviços, trabalho doméstico e ocupações mais vulneráveis com baixa exigência de qualificação profissional, ou seja, representavam uma mão de obra barata. Segundo Saffioti (1976), é uma tendência a força de trabalho feminina ser introduzida no setor secundário e terciário em países que se industrializam.

A partir dos anos 1960, com o movimento feminista, a condição da mulher na sociedade passa a mudar. O objetivo das feministas nesses tempos era tornar as mulheres visíveis, pois a segregação social e política a qual foram conduzidas, as invisibilizaram como sujeitos na ciência, nas letras, nas artes (LOURO, 1997).

Uma das primeiras conquistas desse movimento no país, depois de muitos anos de luta, foi o direito de votarem e serem votadas no ano de 1932, porém, era um direito somente para as mulheres com mais de 21 anos, alfabetizadas, solteiras ou viúvas com renda própria. As casadas precisavam de autorização do marido. Dois anos depois, em 1934, a Constituição estabelece a igualdade dos direitos políticos para ambos os sexos, desde que fossem alfabetizados e maiores de 18 anos (MARQUES, 2019). A conquista do sufrágio não significou logo de imediato profundas alterações na condição social das mulheres, que até então, não eram tidas como seres políticos, mas a partir dessa conquista, foi possível começar alcançar lugares nos espaços públicos da sociedade brasileira.

Sob os impactos do movimento feminista e dos movimentos sociais de reivindicações pela redemocratização do país no fim da década de 1970, surgem as primeiras políticas com recorte de gênero no Brasil. Nesse contexto, as mulheres se viram como sujeitos coletivos, deixaram a esfera privada e denunciaram diferenças de classes, ao mesmo tempo que começam a levantar questões específicas as suas condições enquanto mulher (FARAH, 2004).

Nesse momento, essas questões eram levantadas pelos grupos de mulheres que estavam inseridas nos movimentos sociais contra a ditadura e reivindicavam melhorias

na qualidade de vida, acesso a serviços públicos como creche e escola para seus filhos. E, pelos grupos de mulheres feministas vindas das classes médias, com nível superior de instrução, que por sua vez, buscavam principalmente a superação das desigualdades nas relações entre homens e mulheres. Segundo Farah (2004), houve uma convergência entre esses dois grupos, fato que contribuiu para a inclusão desse tema na agenda pública nacional. É também nesse período que os estudos de gênero se consolidaram no país.

Além desses movimentos nacionais, outro fator que influenciou para a incorporação da questão de gênero na agenda governamental brasileira, foram as conferências e tratados internacionais que ocorreram durante esse período. Como por exemplo, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW), na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) em 1979. Na Conferência Mundial sobre Direitos Humanos, de 1993 em Viena, é estabelecido que a violência contra mulher é uma violação contra os direitos humanos, que deve ser combatida pelo Estado.

A ONU organizou quatro Conferências Mundiais da Mulher, a primeira em 1975 no México; a segunda em Copenhague em 1980; a terceira em Nairóbi em 1985 e a quarta conferência em Pequim, no ano de 1995. Essa última propunha que houvessem investimentos em programas de promoção da igualdade entre homens e mulheres e que a questão de gênero fosse incluída nos orçamentos públicos (RIBEIRO, 2013).

Diante dessas mobilizações nacionais e internacionais, no estado de São Paulo, em 1983, é criado o Conselho Estadual da Condição Feminina e a primeira Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher, em 1985. Em nível federal, foi instituído em 1983 o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM) e o Conselho Nacional de Direitos da Mulher (CNDM) em 1985. Em 1988, a Constituição Federal estabeleceu a não discriminação entre homens e mulheres.

Como forma de tentar aumentar a participação feminina na política, que é baixa, principalmente considerando que as mulheres representam uma considerável da população brasileira, foram criadas as “cotas de gênero” (MEDEIROS; CHAVES, 2017, p. 109).

Em 1997, um novo projeto foi aprovado e esse percentual que era de no mínimo 20%, passou a ser 30%, porém o termo “deverá reservar” deixou margem para uma dupla interpretação.

Em 2000, foi promulgada a Declaração do Milênio pela ONU, na qual são apresentados alguns objetivos importantes para as relações internacionais no século XXI, nos quais os países signatários se comprometem em fomentar questões como: a segurança, o desarmamento, erradicação da pobreza, desenvolvimento sustentável, promoção da democracia e estado de direito e a proteção dos grupos vulneráveis e a igualdade de direitos e oportunidades entre homens e mulheres. No ano de 2002, a Organização Mundial da Saúde apontou a violência doméstica como o principal problema de saúde das mulheres no mundo (LISBOA e MANFRINI, 2005).

Em 2003 com status de ministério, foi criada a Secretaria de Políticas para as

Mulheres, o que representou um novo momento para a formulação de políticas que promovem a igualdade.

Em julho de 2004, realizou-se a I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. A Conferência mobilizou cerca de 120 mil mulheres pelo Brasil, dando origem ao I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Esse documento tornou-se o norteador de políticas públicas para os governos Federal, Estadual e Municipal.

No ano de 2005, criou-se a Central de Atendimento à Mulher-Ligue 180. O objetivo desse canal de atendimento é “receber denúncias de violência, reclamações sobre os serviços da rede de atendimento às mulheres e de orientar as mulheres sobre seus direitos e sobre a legislação vigente, encaminhando-as para outros serviços quando necessário.” Além do Brasil, o Ligue 180, que também atua como um disque-denúncia, recebe ligações de mais 16 países.

Em 2006 promulgou-se a Lei nº 11.340, “Lei Maria da Penha”, com essa legislação o Brasil colocou em prática compromissos que foram assumidos internacionalmente. A lei visa coibir toda forma de violência doméstica e familiar contra a mulher, independentemente da idade, orientação sexual, classe, raça, renda e religião. É exposto que violência doméstica e familiar correspondem a violência física, psicológica, sexual, patrimonial, moral, entre outras, já a responsabilidade de coibir essas agressões deve ser articulada entre os estados, municípios e ações não governamentais.

Em 2007, institui-se o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra a Mulher com o objetivo de desenvolver políticas direcionadas às mulheres em condições de maior vulnerabilidade social e em situação de violência. Em agosto desse mesmo ano, ocorreu a II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, a conferência contou com a participação de aproximadamente 200 mil mulheres de todos os estados brasileiros, resultando na elaboração do II Plano de Políticas para as Mulheres. Os primeiros eixos do Plano são o desenvolvimento de autonomia econômica e igualdade no mundo do trabalho, juntamente da inclusão social e educação inclusiva (BRASIL, 2008).

Como forma de atender esses eixos, o Programa Mulheres Mil começou a ser implantado em 2007 nas regiões do Norte e Nordeste do país, em cooperação com o Canadá e com os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs). A partir de 2011 o programa se expandiu para todo o Brasil e, no início de 2014, foi integrado ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego no âmbito do Plano Brasil sem Miséria (Pronatec/BSM).

Também para tentar atender os primeiros eixos do II Plano de Políticas para as Mulheres, em 2008 foi lançado o Programa Nacional de Trabalho e Empreendedorismo da Mulher, a fim de alterar as condições de vidas das mulheres. O público alvo são mulheres empreendedoras e em situação de vulnerabilidade social por causa da renda (Ribeiro, 2013).

A III Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres foi realizada em dezembro

2011, contou com 200 mil participantes de todo o Brasil e foi elaborado o III Plano Nacional de Políticas para as Mulheres para o triênio de 2013 a 2015. Foi a primeira vez que a Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres ocorreu durante o mandato de uma presidenta, Dilma Rousseff, primeira mulher a presidir o país.

A “Lei do feminicídio”, Lei nº 13. 104, outra importante ferramenta de enfrentamento a violência contra a mulher, foi sancionada em de 9 de março de 2015. Segundo a lei, feminicídio ocorre “contra a mulher por razões da condição de sexo feminino”, quando envolve discriminação e menosprezo a condição de mulher ou envolver violência doméstica e familiar. Essa lei foi implantada três anos após a publicação da Declaração de Viena sobre Feminicídio, feita pela ONU.

Mesmo com as conquistas de direitos que foram citadas, por terem passado muito tempo apenas na esfera reprodutiva e do cuidado, as mulheres ainda se encontram em situação de sub-representatividade nos espaços de poder, no debate político, nas ciências, nos altos níveis de carreira e com capacidade econômica.

Em 2018 a Secretaria de Políticas para as Mulheres deixou de ser um ministério independente e foi transferida para o Ministério dos Direitos Humanos e, junto com o Ministério da Justiça, formou o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Isso representou um retrocesso.

O PROGRAMA MULHERES MIL

A portaria nº 1.015, de 21 de julho de 2011, além de instituir o Programa Mulheres Mil em âmbito nacional e traçar suas diretrizes, aponta que suas ações compõem o Plano Brasil Sem Miséria. Também é estabelecido pela portaria que o programa deve ser ofertado por instituições de educação profissional e tecnológica, priorizando as instituições públicas dos sistemas de ensino federais, estaduais e municipais. Também pode ser oferecido pelas entidades privadas nacionais vinculadas ao sistema sindical: o “Sistema S”, ou as entidades privadas sem fins lucrativos, com experiência comprovada em educação profissional e tecnológica.

Entretanto, as principais instituições responsáveis pela oferta do programa são os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, que atuam como “parceiros ofertantes”, enquanto os municípios são “parceiros demandantes”. A rede federal de educação profissional surgiu no início do regime republicano, em 1909, a partir da criação das escolas de aprendizes artífices em todas as capitais do Brasil. O objetivo era oferecer o ensino de um ofício voltado para as indústrias que começavam a surgir no país. O público alvo dessas escolas eram os jovens à margem da sociedade (KUNZE, 2009).

Os Institutos Federais como conhecemos hoje, foram criados pela Lei n. 11.892 de 29 de dezembro de 2008, e são importantes meios de acesso à pesquisa e ao conhecimento tecnológico, distribuídos por todas as regiões do país, em grandes e pequenas cidades,

o que contribui com a interiorização do ensino. São ofertados uma diversa modalidade de cursos em diferentes níveis de profissionalização, indo de cursos de qualificação à pós-graduação, potencializando o desenvolvimento regional, já que são cursos alinhados com os arranjos locais.

A metodologia desenvolvida pelo Programa Mulheres Mil, deu origem ao Guia Metodológico do Sistema de Acesso, Permanência e Êxito. O guia buscou criar mecanismos para a promoção da inclusão de pessoas que estão tradicionalmente afastadas dos processos de geração de conhecimentos gerados nos Institutos Federais.

O “Mulheres Mil” funciona como uma ferramenta de inclusão, buscando proporcionar um acesso inclusivo e afirmativo das mulheres que serão atendidas pelo programa. Nesse momento, a instituição que aderir ao programa, através de uma equipe multidisciplinar, estabelece um diálogo com a comunidade a fim de identificar suas demandas e necessidades e viabilizar o ingresso da população alvo ao processo de educação profissional.

O PROGRAMA MULHERES MIL NO INSTITUTO FEDERAL GOIANO, CAMPUS DE URUTAÍ

Além de Urutaí, o Instituto Federal Goiano possui mais 11 campus pelo interior do estado de Goiás e se destaca por ser “[...] a única Instituição de ensino superior de Goiás e o primeiro Instituto Federal do país avaliado com conceito máximo (cinco) pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) do Ministério da Educação (MEC).”

Em 2011 e 2012, o Programa Mulheres Mil estava presente em cinco campus do Instituto Federal Goiano (Ceres, Iporá, Morrinhos, Rio Verde e Urutaí), os cursos ofertados eram nas áreas de Alimentos, Saúde e Confeção.

De acordo com informações levantadas com o Instituto Federal Goiano, Campus Urutaí, a prefeitura local e as prefeituras dos municípios vizinhos (Ipameri, Goiandira e Orizona), sempre apoiaram as ofertas de cursos. No período de 2012 a 2014, foram ofertados oito cursos diferentes, distribuídos em 16 turmas, com um total de 424 inscritas e 366 concluintes.

| Curso | Número de Inscritas | Número de Concluintes | Demandante |
|---|---------------------|-----------------------|-------------------------|
| Frutíferas e Nativas do Cerrado: produção de mudas, conservação e processamento | 30 | 30 | Urutaí |
| Curso Básico de processamento de frutas e hortaliças | 35 | 35 | Urutaí |
| Processamento e boas práticas de alimentos- laticínios e carnes | 35 | 35 | Urutaí |
| Produtor de embutidos e defumados | 50 | 50 | Urutaí |
| Produtor de frutas e hortaliças processadas pelo calor | 50 | 50 | Urutaí |
| Confeiteiro | 20 | 15 | Prefeitura de Urutaí |
| Maquiador | 20 | 19 | Prefeitura de Urutaí |
| Maquiador | 23 | 17 | Prefeitura de Goiandira |
| Preparador de doces e conservas | 18 | 15 | Prefeitura de Goiandira |
| Confeiteiro | 20 | 16 | Prefeitura de Ipameri |
| Maquiador | 17 | 9 | Prefeitura de Ipameri |
| Preparador de doces e conservas | 22 | 14 | Prefeitura de Ipameri |
| Produtor de embutidos e defumados | 22 | 12 | Prefeitura de Ipameri |
| Confeiteiro | 20 | 16 | Prefeitura de Orizona |
| Maquiador | 21 | 17 | Prefeitura de Orizona |
| Preparador de doces e conservas | 21 | 16 | Prefeitura de Orizona |

Quadro 1. Cursos, número de inscritas e concluintes e os demandantes de cursos oferecidos entre 2012 e 2014.

Fonte: Elaborado pela autora a partir de informações levantadas com o Instituto Federal Goiano, Campus Urutaí.

Mesmo com o processo de extensão do *Programa Mulheres Mil*, em 2014, devido à falta de orçamento, as atividades do programa foram encerradas em algumas localidades, incluindo Urutaí. De acordo com o Instituto Federal Goiano, Campus Urutaí, o que justificou esse corte foi “a mudança de foco nas políticas governamentais” e o impacto disso foi que: “com o corte de verbas os programas sociais voltados para público de maior vulnerabilidade não foram atendidos, provisoriamente.”

Até então, o repasse de verbas para o programa era feito via Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), que é “responsável por formular, planejar, coordenar, implementar, monitorar e avaliar políticas públicas de Educação Profissional e Tecnológica (EPT), desenvolvidas em regime de colaboração com os sistemas de ensino e os agentes sociais parceiros.”

Somente em 2017, através de recursos próprios e ainda contando com o apoio das prefeituras locais, o Instituto Federal Goiano conseguiu retomar com o Mulheres Mil.

Nesse mesmo ano, além de Urutaí com o curso de produção de salgados, as atividades do programa voltaram a ser oferecidas em Ceres, Iporá, Rio Verde, Hidrolândia e Posse.

Entre 2017 e 2019, foram ofertados cinco cursos, nos quais, dentre 171 matrículas, houve 162 concluintes, sendo um homem, pois com base numa demanda específica o curso de Sabores e saberes do Cerrado também foi ofertado ao público LGBTQIA+, que assim como mulheres, também é um grupo socialmente minoritário.

| Curso | Número de Inscritas | Número de Concluintes | Demandante |
|------------------------------|---------------------|-----------------------|----------------------|
| Salgadeiro | 37 | 37 | Prefeitura de Urutaí |
| Cuidador de idosos | 34 | 28 | Prefeitura de Urutaí |
| Manicure e pedicure | 35 | 35 | Prefeitura de Urutaí |
| Maquiagem | 35 | 34 | Prefeitura de Urutaí |
| Sabores e saberes do Cerrado | 30 | 28 | Urutaí |

Quadro 2. Cursos, número de inscritas e concluintes e os demandantes de cursos oferecidos entre 2017 e 2019.

Fonte: Elaborado pela autora a partir de informações levantadas com o Instituto Federal Goiano, Campus Urutaí.

RESULTADOS DA PESQUISA

A análise dos questionários permite identificar o perfil das mulheres egressas do programa que responderam à pesquisa, bem como, delinear as contribuições proporcionadas pelo Programa Mulheres Mil em relação ao trabalho, escolaridade, formação cidadã e qualidade de vida dessas pessoas.

A idade do público que respondeu a pesquisa variou entre os 20 e 58 anos, 42,3% têm entre 20 e 29 anos; 15,4% têm entre 30 e 39 anos; de 40 a 49 anos e de 50 a 58 anos, representa 11,55% cada, os outros 19,2% não responderam. A maior parte, 90,9%, das mulheres com idade entre e 20 e 29 realizaram o curso de Maquiagem ou de Manicure e pedicure, as demais faixas etárias se distribuíram entre os outros cursos.

Quanto a cor, 50% se declararam pardas; 42,3 brancas e 7,7% pretas. Referente ao estado civil, 53,8% são solteiras; 34,6% são casadas; 7,7% são divorciadas e 3,8% viúvas. O número de mulheres sem filhos é de 46,2%; com até dois filhos é de 42,3% e de 3 a 6 filhos 11,5%. Sobre o grau de instrução, 3,8% têm o ensino fundamental incompleto. O mesmo percentual se repete com o fundamental completo e com a declaração de “outro grau de instrução”. 38,5% possuem o ensino médio completo; 30,8 % declararam ter ensino superior completo e 19,2% têm ensino superior incompleto. Aqui, percebe-se que o programa promove a integração de pessoas com diferentes níveis de educação, como é o esperado pelo Guia Metodológico, e não atende apenas pessoas que estão fora do processo tradicional de geração de conhecimento. 42,3% ainda estudavam quando

realizaram o curso do Programa Mulheres Mil, e, das 57,7% que não estudavam, 33,3% voltaram a estudar após a realização do curso.

O curso de Maquiagem é o que mais tem egressas com grau de instrução maior (ensino superior incompleto ou completo), enquanto o curso de Cuidador de idosos é o único que não possui ninguém nesses graus. Já os cursos de qualificação profissional de Salgadeiro e o de Manicure e pedicure, é composto por participantes com ensino médio completo para baixo.

Realizando um recorte de cor, percebemos que as pessoas com o menor grau de instrução (ensino fundamental incompleto e ensino fundamental completo) são as que se declaram pretas (100%). A maioria das pardas (61,5%) possuem ensino médio completo, 23,1% possuem ensino superior incompleto e as outras 15,4% têm ensino superior completo.

A maior parte das pessoas que se declararam brancas (54,55%), são as que possuem o maior nível de escolaridade (ensino superior completo), 18,2% possuem ensino médio completo e ensino superior incompleto, respectivamente. E 9,05% possui outro grau de instrução. Com isso, percebemos as diferenças e desigualdades existentes entre as próprias mulheres, apontadas anteriormente.

O percentual de egressas que trabalhavam antes de realizarem o curso é de 50%, no pós-curso, momento de aplicação do questionário, esse número passou para 53,8%, no qual, apenas 14,3% trabalham na área do curso realizado. Entre as egressas que se encontram trabalhando, 64,3% possuem a carteira assinada, enquanto que 35,7%, não têm carteira assinada.

Foi questionado se obter um certificado de qualificação profissional contribuiu para o ingresso no mercado de trabalho, 30,8% responderam que não, 11,5% acham que contribuiu indiretamente e 57,7% acham que contribuiu diretamente.

Porém, nota-se que não houve um aumento significativo no número de egressas empregadas, o que nos leva a pensar que o programa não vem contribuindo efetivamente para o ingresso das mulheres atendidas no mundo do trabalho. Contudo, isso pode ser um reflexo do contexto atual brasileiro, em que a taxa de desemprego tem chegado a níveis recordes e no qual a taxa de participação feminina no mercado de trabalho é a menor nas últimas décadas, problemas que já existiam, mas, que foram agravados pela pandemia. Cenário em que ter um certificado de qualificação profissional não é o suficiente para superar o desemprego ou para se manter trabalhando diante de novas dificuldades, como por exemplo, o fechamento de escolas e creches, aumentando assim a carga de trabalho doméstico e de cuidado desempenhado por mulheres.

Vale destacar que 46,2% das participantes da pesquisa acham que obter um certificado de qualificação profissional contribuiu diretamente para a melhoria da renda familiar, para 15,4% essa contribuição aconteceu indiretamente e 38,5% não acham que a obtenção de um certificado de qualificação profissional tenha contribuído para a melhoria

da renda.

Em relação a contribuição para a independência financeira das egressas, 38,5% acham que a obtenção do certificado contribuiu diretamente para isso; 26,9% acham que contribuiu indiretamente e 34,6% acham que não houve contribuição.

Observando esses dados, vemos que diretamente ou indiretamente o Programa Mulheres Mil contribuiu para a melhoria da renda familiar e autonomia econômica de maior parte das mulheres que responderam à pesquisa. Além disso, foi perguntado se ter um certificado de qualificação profissional faz com que elas se sintam mais capacitadas para o mercado de trabalho. Neste caso, 65,4% responderam “sim, muito”, e 34,6%, responderam “um pouco”.

Dessa forma, percebe-se que a realização do curso de alguma forma contribuiu para que todas elas se sintam mais preparadas para o mundo do trabalho, o que é um dos objetivos propostos pelo programa.

Foi possível observar também que houve um aumento na participação dessas mulheres na renda familiar. Antes do curso, 50% não participavam da renda família, 34,6% eram responsáveis parcialmente da renda familiar e 15,4% eram as únicas responsáveis. Atualmente, 34,6% não participam da renda familiar, 42,3% são parcialmente responsáveis e 23,1% são as únicas responsáveis pela renda familiar.

Diante destas observações, mesmo que o Programa Mulheres Mil não tenha alcançado êxito em todos os seus objetivos propostos, ainda assim, ele tem mérito em fomentar a igualdade de gênero através da elevação da autoestima, do empoderamento e do reconhecimento de direitos. Nesta perspectiva, a educação profissional age como um elemento de promoção da cidadania e da vida social, proporcionando uma compreensão da realidade em que vivemos, nos despertando para a busca de uma sociedade mais igualitária. Além disso, gerando uma melhoria da qualidade de vida das pessoas envolvidas no programa.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, C. Marxismo, feminismo e o enfoque de gênero. **Crítica Marxista**, São Paulo, Boitempo, v.1, n. 11, 2000.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **II Programa Nacional de Políticas Para as Mulheres**. Brasília. 2008.

_____. Portaria n. 1.015, de 21 de julho de 2011. **Diário Oficial da União**, Brasília, 22 jul. 2011.

_____. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Políticas públicas para as mulheres**. 2013.

_____. Cartilha Pronatec- **Brasil sem Miséria- Mulheres Mil**. Brasília. 2014.

CASTRO, M. G. "Feminização da pobreza" em cenário neoliberal. **Mulher e Trabalho**, Porto Alegre: FEE, Vol. 1, 2001.

FARAH, M. F. S. Gênero e políticas públicas. **Estudos Feminista**, Florianópolis, Vol. 12, n. 1, Abril de 2004.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

FEREDICI, S. **Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. 1. ed. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

KUNZE, N. C. O surgimento da rede federal de educação profissional nos primórdios do regime republicano brasileiro. **Revista Brasileira da educação profissional e tecnológica**, Vol. 2, n. 2, 2009.

LAVINAS, L. As mulheres no universo da pobreza: o caso brasileiro. **Estudos Feministas**, Vol. 4, n. 2, 2º sem. 1996.

LISBOA, T. K.; MANFRINI, D. B. Cidadania e equidade: políticas públicas para mulheres excluídas dos direitos mínimos. **Katálysis**, Florianópolis, Vol. 8, n. 1, jan./ jun. 2005.

LOURO, G. L. **Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 6. ed. – Petrópolis/RJ: Vozes, 1997.

MARQUES, T. C. N. **O voto feminino no Brasil**. 2. ed. Brasília: Edição Câmara, 2019.

MEDEIROS, T. K. F.; CHAVES, M. C. Representatividade feminina na política brasileira: a evolução dos direitos femininos. **Caderno de Graduação Humanas e Sociais: UNIT**, Vol. 3, n. 2, dez. 2017.

NOVELLINO, M. S. F. Os estudos sobre a feminização da pobreza e políticas públicas para mulheres. In: **XXVIII ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS**. Caxambu/MG, 2004.

PEREIRA, A. C. F.; FAVORO, N. A. L. G. História da mulher no ensino superior e suas condições de acesso e permanência. In: **IV Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividade e Educação**, 2017.

RIBEIRO, L. E. G. **A qualificação profissional e cidadã: um estudo do Programa Mulheres Mil, a partir da experiência do Instituto Federal de Goiás, Câmpus de Luziânia**. Dissertação Mestrado Profissional em Educação da Universidade de Brasília, 2013. 155 p.

SAFFIOTI, H. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. 1 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1976.

ÍNDICE REMISSIVO

C

Comunidade terapêutica 68, 69, 71, 73

Crime 42, 43, 44, 45, 46, 51, 52

D

Dano emocional 42, 43, 44, 45, 47, 50, 51

Descolonização 5, 6, 23, 29, 30, 33

Divisão sexual do trabalho 8, 9, 10, 11

F

Feminismo 1, 2, 3, 5, 6, 7, 21, 23, 24, 29, 30, 31, 33, 34

G

Gênero 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 30, 31, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 43, 63, 74, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83

I

Ideologia de gênero 36, 37, 38, 39, 40, 41

Indivíduos não-heterossexuais 68, 69

Interseccionalidade 1, 5, 6, 7

L

Lesbianidade 1, 4, 5

M

Mulher 1, 2, 3, 4, 5, 8, 9, 11, 13, 14, 15, 16, 22, 24, 25, 26, 28, 29, 31, 32, 33, 38, 42, 43, 44, 45, 46, 49, 50, 51, 52, 53, 66, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82

Mulheres indígenas 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35

N

Nordeste 1, 2, 3, 6, 15, 26, 30, 32

P

Programa Mulheres Mil 8, 9, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22

Protagonismo de mulheres 74

R

Relacionamento abusivo 42, 43, 46, 47, 49, 50, 51, 52

Religião 15, 44, 73, 74, 81, 82, 83

S

Sistemas de informação 53, 63, 65

U

Uso de substâncias 68, 69

V

Violência 4, 7, 8, 14, 15, 16, 25, 26, 28, 29, 31, 35, 42, 43, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 58, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 74, 75, 78, 79, 80, 81, 82, 83

Violência contra a mulher 8, 15, 16, 26, 43, 53, 66, 78, 80

Violência psicológica 42, 43, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52

Vítimas mulheres 42

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

GÊNERO E SEXUALIDADE: Lugares, história e condições

3



www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

GÊNERO E SEXUALIDADE: Lugares, história e condições

3




Ano 2022